



Safe, Inclusive
Participative Pedagogy:
Improving Early
Childhood Education

Aprendendo com uma comunidade no Brasil

Este Informativo analisa os benefícios da educação na Primeira Infância, e as lacunas existentes no Brasil para garantir a sua efetivação. O estudo está embasado em amplo levantamento de pesquisas nacionais e internacionais, incluindo dados quantitativos sobre o país. A análise assinala os múltiplos fatores que impactam na qualidade do atendimento na educação infantil, oferecendo uma visão abrangente sobre o contexto específico da comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro. A pesquisa foi conduzida com a participação de crianças, pais e/ou responsáveis, profissionais e atores-chave que moram e/ou trabalham na comunidade. O processo participativo em nível comunitário revelou a ausência de oportunidades para um número elevado de crianças pequenas, refletindo um cenário semelhante de distintas regiões do Brasil.

O projeto de pesquisa Primeira Infância Participativa e Inclusiva: ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade (SIPP na sigla em inglês) tem como objetivo identificar e desenvolver programas pedagógicos seguros, inclusivos e participativos viáveis e sustentáveis para comunidades onde as crianças vivenciam situações de estresse e trauma específicos. O SIPP é desenvolvido pela Universidade de Edimburgo (Escócia), em parceria com equipes de pesquisa na África do Sul, Brasil, Essuatíni e Palestina.

Autores: Malcolm Bush, Renata Mena Brasil do Couto, Irene Rizzini, Juliet Hancock, Christina McMellon e Kay Tisdall.



THE UNIVERSITY
of EDINBURGH



Economic
and Social
Research Council



BETHLEHEM
UNIVERSITY
جامعة بيت لحم



children's
institute
child rights in focus
Research • Advocacy • Education



Questões-chave:

- Consultar as crianças, suas famílias e membros da comunidade é essencial para identificar as suas perspectivas, necessidades e desejos. O aprendizado coletivo, amparado no aprofundamento sobre as características de cada localidade, incluindo a percepção das crianças, fornece importantes chaves de entendimento e identificação de soluções visando a melhoria no atendimento em instituições e iniciativas de Educação para a Primeira Infância (EPI).
- As crianças que poderiam se beneficiar mais, caso frequentassem espaços de EPI, são muitas vezes significativamente sub-representadas. Fatores como a segurança da comunidade, aliada às condições e circunstâncias experienciadas pelas famílias, podem ampliar (ou impactar negativamente) na acessibilidade e frequência em espaços de EPI.
- Trabalhar ativamente para superar desafios adicionais enfrentados por um amplo número de famílias, incluindo apoiar a identificação de serviços adequados para crianças com deficiência, transformaria os espaços de EPI mais inclusivos. A colaboração/parceria entre outras iniciativas/instituições envolvidas com crianças na Primeira Infância tem o potencial de fortalecer os serviços oferecidos pelos espaços de EPI.
- É necessário maior investimento para expandir e melhorar a qualidade dos serviços dos espaços de EPI, incluindo oportunidades de aprendizagem profissional para funcionários antigos, e novos. Este investimento apresenta resultados significativos na qualidade e consistência da prestação de serviços oferecidos.

Aprendendo com uma comunidade no Brasil: os benefícios da educação infantil de qualidade, segura e inclusiva

Um número elevado de estudos internacionais aponta para a importância dos espaços de EPI para as crianças na Primeira Infância. Conforme será explicitado, os impactos da educação nessa fase da vida são particularmente relevantes para crianças oriundas de famílias de baixa renda. Esses impactos incluem maiores chances de sucesso em fases posteriores da formação educacional e para a inserção no mercado de trabalho.

No entanto, muitas crianças pequenas no Brasil não têm a oportunidade de frequentar espaços de EPI devido à ausência de vagas suficientes. Além disso, as crianças de baixa renda que mais precisam dessa base educacional são muito menos propensas a frequentá-la em relação às crianças de famílias de renda média. Estas características danosas à população infantil são encontradas em todo o território nacional, e acarretam na perda de oportunidades para aprimorar a qualidade de vida na Primeira Infância. A ausência de vagas ocorre a despeito da legislação prevista na Constituição Federal de 1988 (artigo 208), no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 54) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (artigo 4º). Recentemente, este direito foi reforçado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal reafirmando constituir um dever do Estado fornecer os recursos necessários para que as crianças até os 5 anos de idade possam

frequentar espaços de EPI e pré-escolas (ver <https://portal.stf.jus.br/>).

O projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva: ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade tem abrangência nacional, estadual e municipal, mas concentrou as atividades de campo em âmbito local, na comunidade da Rocinha, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo da realização do projeto, a equipe coletou dados qualitativos a partir de entrevistas semiestruturadas conduzidas com vinte profissionais de espaços de EPI e pré-escolas que atuam na região, vinte mães, pais e/ou responsáveis, dezesseis atores-chave e trinta crianças pequenas que vivem na comunidade. A análise incluiu também levantamento de índices oficiais nacionais e revisão da literatura nacional e internacional. As suas perspectivas, opiniões e sugestões foram publicadas em uma série de informes de pesquisa. Como parte do projeto, a equipe treinou seis jovens da comunidade para visitar espaços de EPI e interagir com as crianças através de leituras e brincadeiras, alcançando cerca de 200 crianças pequenas. As informações extraídas dessas experiências foram igualmente incorporadas à análise.

Benefícios da educação pré-escolar

- A adoção de ferramentas estatísticas especializadas para combinar estudos sobre o mesmo tópico ('meta-análise') demonstra os efeitos a longo prazo da educação na Primeira Infância.
- A formação pré-escolar está associada ao aumento significativo do desempenho em testes padronizados para nivelamento educacional. Os efeitos observados persistem durante um período de 10 a 25 anos. Alunos da pré-escola apresentam dificuldades consideravelmente menores conforme ficam mais velhos, incluindo redução dos índices de abandono escolar, desemprego, pobreza e comportamento desviante na vida adulta (Gorey, 2011).
- A educação na Primeira Infância leva a reduções significativas nos índices de reprovação e aumento dos índices de conclusão do ensino médio (McCoy et al., 2017).
- Os espaços de EPI de período integral adequados às demandas da população infantil, produzem melhores resultados (consulte <https://heckmanequation.org/resource/13-roi-toolbox>).
- As crianças oriundas de famílias mais pobres se beneficiam mais do que as crianças de famílias de rendimento médio, considerando que partem de uma desvantagem educacional maior, e os efeitos positivos de uma educação infantil de qualidade são potencializados (van Huizen & Plantenga, 2018).
- A educação na Primeira Infância resulta em salários mais elevados e custos sociais mais baixos. O investimento nessa etapa da formação educacional nos EUA tem uma taxa de retorno de 13% sobre o investimento inicial, isto é, consideravelmente alta (ver heckmanequation.org/resource/13-roi-toolbox).
- O processo de socialização vivido pelas crianças nos espaços de EPI de boa qualidade é considerado um fator importante no cálculo dos benefícios.

Índices recentes do Brasil

O Plano Nacional de Educação (PNE) exige que 50% das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses tenham vagas disponíveis em espaços de EPI até 2024. Em 2009, 20,4% das crianças nesta faixa etária estavam matriculadas, em comparação com 38,9% em 2019 (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV, 2020). Embora o percentual de 2019 represente um aumento considerável em relação a 2009, é ainda muito baixo. Entre os dados mais alarmantes, está a variação da matrícula por faixa de renda. Segundo o relatório Desafios do acesso à creche no Brasil: subsídios para o debate (FMCSV, 2020), enquanto 55% das crianças das 25% famílias mais ricas estavam matriculadas, apenas 26% das crianças das 25% famílias no quartil de renda mais baixo estavam matriculadas. Há também uma divisão racial na frequência escolar: 54,1% das crianças brancas estavam matriculadas em espaços de EPI em comparação com 45,1% de crianças pretas e pardas. As crianças que mais se beneficiam da participação em espaços de EPI estavam amplamente sub-representadas.

O mesmo relatório inclui uma definição de crianças que “precisam especialmente” de espaços de EPI (Índice de Necessidade de Creches, ou INC). Esta definição abarca famílias monoparentais (definidas como um agregado familiar com uma criança pequena, e apenas uma pessoa com 18 anos ou mais), e/ou famílias com mães economicamente ativas na força de trabalho, ou que estaria na força de trabalho se houvesse uma vaga disponível em espaços de EPI para crianças, e/ou crianças que vivem em famílias de baixa renda. A natureza das necessidades para cada categoria é diferente, mas todas envolvem vulnerabilidades para as crianças, que são ampliadas por não frequentarem espaços de EPI. Em 2018, no Brasil, 46% das crianças de 0 a 3 anos em áreas urbanas apresentava demanda por espaços de EPI, 23% em função da pobreza, 2,7% por serem cuidadas por um dos pais, e 20,3% por mãe/responsável economicamente ativa.

Uma característica marcante é a diferença nas taxas de frequência em espaços de EPI em função da localização geográfica (FMSV, 2020). O estado de Santa Catarina apresenta a maior taxa de atendimento do país (60,4%), seguida por São Paulo (54,4%), que tem a maior taxa na região sudeste. O Rio de Janeiro (35,1%) tem a menor taxa da região sudeste, enquanto o estado do Amapá (7,7%), localizado no norte da região amazônica, é o último no ranking nacional. Nessa região há outros três estados com pontuação baixa: Amazonas (13,6%), Rondônia (13,6%) e Pará (18,9%).

A diferença no atendimento observado entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que estão na mesma região, sugere que algumas disparidades podem depender de vontade política e destinação das verbas públicas necessárias para garantir às crianças a implementação dos seus direitos.

Em 2023, período que marca o início do terceiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, novas medidas foram direcionadas para a Primeira Infância. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (MEC/INEP, 2023a), entre 2019 e 2023, o número de vagas para a Primeira Infância em espaços públicos aumentou em 296.000, ou seja, 12,1%. Em 2023, enquanto 66,8% de todas as vagas eram no setor público, 50% das vagas eram do setor privado em cooperação com o setor público, ou creches conveniadas. Ao todo, cerca de 58% das crianças matriculadas em espaços de EPI eram atendidas em período integral. Em 2024, o presidente Lula sancionou uma medida (Lei Brasil Federal 14.851 de 2024) que garante acesso à educação pública para crianças dos 0 aos 3 anos, e exige que as autoridades competentes identifiquem e cumpram as demandas educacionais dessa faixa etária.

Um dos fatores que impacta a qualidade da educação infantil é o número de crianças por sala de aula. Turmas menores permitem que os professores ofereçam atendimento individualizado, acompanhando as necessidades específicas das crianças durante o processo de aprendizagem. Embora a legislação nacional não exija a relação entre o número de crianças por professor, o Ministério da Educação recomenda que a proporção deva ser baseada na faixa etária: um profissional para 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos; um profissional para cada 15 crianças de 3 anos, e um profissional em salas com até 20 crianças de 4 a 6 anos. Segundo o MEC e INEP (2023a), em 2023, no Brasil, o número médio de crianças por turma em espaços de EPI era de 15,7, enquanto no município do Rio de Janeiro, 16,9. Nos espaços públicos da cidade a média foi de 22,8, enquanto nos centros privados, 13,0 alunos por turma (13% ROI Research Toolkit - The Heckman Equation).

A infraestrutura em espaços de EPI impõe muitos desafios. Em 2021, o Censo Escolar analisou 9 tipos de recursos considerados importantes para a educação infantil, incluindo desenvolvimento e aprendizagem, como a existência de quadra poliesportiva, áreas verdes, playground, pátio, banheiros adequados, brinquedos e jogos. Os indicadores nacionais apontaram que o desempenho dos espaços públicos é inferior em relação aos espaços privados. Mais de 50% dos espaços de EPI e pré-escolas municipais não tinham pelo menos seis desses recursos. É importante destacar que especialistas indicam que as atividades físicas são fundamentais para o desenvolvimento das crianças desde os primeiros anos de vida (MEC/INEP, 2023b).

Outro importante parâmetro de qualidade da educação infantil é a adequada formação dos profissionais. O índice de Adequação Docente no Censo Escolar de 2023 revela que, no Brasil, 63,3% dos professores da Primeira Infância possuem graduação na disciplina que lecionam (68,0% na rede pública e 51,6% nos centros privados). Na cidade do Rio de Janeiro, o percentual é de 31,9% (48,0% de professores na rede pública e 18,6% na rede privada).

O Objetivo 19 do Plano Nacional de Educação (PNE) visa garantir que todos os professores do ensino básico tenham formação específica no ensino superior, com graduação na área em que atuam. O PNE também pretende ter 100% dos professores da educação básica inscritos em cursos de educação continuada até 2024. Os dados mostram que apenas 44% dos professores realizaram cursos de formação continuada (com carga horária mínima de 80 horas) em 2023 (MEC/INEP, 2023). Embora tenha havido avanços nos indicadores dos últimos anos, ainda estamos longe de atingir as metas do PNE para a década 2014-2024.

A ampliação e o aprimoramento dessas medidas e, conseqüentemente, da qualidade do serviço oferecido nos espaços de EPI depende de recursos financeiros. Em 2024, o financiamento nacional por meio do FUNDEB (Fundo de Educação Básica) custeou R\$ 3.956,34 (US\$ 782) por criança para passar o dia inteiro em um espaço de EPI. Este valor foi considerado 2,5 vezes inferior ao necessário, segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (FMSCV, 2020). Estudos anteriores do CIESPI/PUC-Rio sobre a educação na Primeira Infância já apontavam a perigosa deterioração da infraestrutura dos espaços de EPI, além dos desafios para selecionar e manter professores qualificados em áreas pobres da cidade. Há ainda a dificuldade de custear a alimentação das crianças, e a insuficiência de recursos para o setor da educação (Boghossian & Bush, 2016). Os dados atuais continuam a sugerir que a qualidade da educação infantil no estado do Rio de Janeiro enfrenta sérios desafios.

Informações sobre a educação infantil na Rocinha: perspectivas sobre a comunidade a partir dos dados da pesquisa, e das contribuições das famílias e profissionais.

Consultas realizadas com moradores e profissionais que atuam na Rocinha oferecem uma abordagem qualitativa dos dados, e permitem perceber os impactos da falta de investimentos na educação infantil para o cotidiano das famílias (Gomes & Castro, 2022; Gomes et al., 2022). Outras publicações sobre pesquisas realizadas no Brasil podem ser consultadas em <https://www.sipp.education.ed.ac.uk/papers-publications>.

A Rocinha é uma comunidade densamente povoada e de baixa renda, localizada em uma encosta íngreme na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. A Rocinha é considerada uma das maiores favelas do Brasil. O número de moradores é estimado entre 70.000 e 200.000, dependendo da fonte dos dados. Há muitos anos o CIESPI/PUC-Rio trabalha com importantes atores locais, e a comunidade constitui uma importante referência para o centro de pesquisa.

Entre os entrevistados, a maioria indicou que há mães e pais na comunidade que desejam matricular seus filhos em espaços de EPI, mas não conseguem encontrar vagas:

“Não há vagas para todos porque o número é limitado.” (Diretor de um espaço de EPI)

O número disponível de vagas nos espaços de EPI não atende às necessidades das famílias em função dos seguintes fatores: horário de funcionamento, localização, custo das mensalidades, a falta de acessibilidade e/ou ausência de profissionais especializados. Os bebês e crianças com deficiência enfrentam maiores desafios na obtenção de vagas porque requerem atenção especial. Há também falta de informação sobre o processo de inscrição em creches públicas e pré-escolas, incluindo os critérios para preenchimento das vagas. A inscrição on-line é um desafio adicional nas comunidades pobres onde muitas famílias não têm acesso à Internet, ou a conexão é instável, e ainda, não possuem os equipamentos necessários, a exemplo de computadores e tablets.

Para a matrícula em escolas privadas, a maior dificuldade é o pagamento dos custos mensais. Embora sejam oferecidos descontos e subsídios, um número significativo de famílias não tem condições de arcar com essas despesas, especialmente desde a pandemia da COVID-19, que aprofundou o nível de desemprego e impactou negativamente no orçamento dos domicílios brasileiros.

Faltam recursos para que os espaços de EPI possam expandir e melhorar os serviços, principalmente para a contratação de professores e profissionais especializados para cuidar de crianças com deficiência, além de cobrir custos de renovação da infraestrutura. Muitos edifícios onde estão localizados os espaços de EPI não foram construídos originalmente para este fim. Os professores enfatizaram que as possibilidades de ajudar crianças com deficiência era muito limitada. Ao identificar deficiências ou outras demandas que requeiram atenção especial, os pais são chamados para reuniões e aconselhados a consultar profissionais especializados fora da escola. O acesso a estes profissionais é difícil e oneroso. Um número significativo de espaços de EPI não tem recursos para contratar professores assistentes para crianças com deficiência. As instituições financiadas com recurso público enfrentam outros desafios, uma vez que o valor do pagamento per capita determinado pelo município (R\$ 650 mensais) é alvo de contestação, além dos pagamentos ocorrerem frequentemente em atraso (Artigo 1º do Decreto Rio nº 46.424, de 30/08/2019).

A Rocinha enfrenta outros desafios que impactam nas oportunidades educacionais para as crianças. Os entrevistados elencaram: 1) Instabilidade no abastecimento de água, prejudicando o funcionamento dos banheiros e cozinhas; 2) Acesso precarizado ao transporte público, o que dificulta o acesso das crianças aos espaços de EPI; e 3) A falta de segurança pública adequada, tornando praticamente impossível as crianças brincarem fora de casa. A ausência de opções de lazer e cultura destinados às crianças na Primeira Infância, essenciais para o seu desenvolvimento e aprendizagem, é um problema grave. Todas estas questões

exigem atenção do poder público, e maiores investimentos.

O que precisa ser feito?

O governo atual do Brasil sinalizou a adoção de políticas públicas promissoras direcionadas para a Primeira Infância, conforme sumarizado no relatório de Recomendações para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) da Primeira Infância, um dos eixos de atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS). Em junho de 2024, foi aprovada legislação voltada para o mapeamento da demanda por vagas em espaços de EPI (Agência Senado, 2024).

- Os especialistas consideram os espaços de EPI essenciais para o desenvolvimento das crianças. A maior parte das conexões cerebrais ocorre ao longo da Primeira Infância (0-6 anos), e os estímulos recebidos nesta fase da vida apresentam maior potencial para o desenvolvimento futuro (FMCSV, 2022; 2024).
- Embora o Governo Federal tenha aumentado o financiamento para a educação infantil, ainda há déficit do número de vagas, pessoal qualificado e medidas específicas para crianças com deficiência.

Os novos recursos disponibilizados pelo Governo Federal ainda precisam ser aplicados nos níveis estadual e municipal. Os dados atuais sugerem enormes diferenças entre as localidades, incluindo a falta de priorização da educação infantil. Faz-se necessária a supervisão federal para nivelar essas diferenças. Para maiores informações sobre os desafios relacionados à implementação de políticas públicas no Brasil consultar www.ncpi.org.br. A educação eficaz na Primeira Infância requer espaços de EPI de qualidade, mas também iniciativas conjuntas das áreas da assistência social e da saúde.

- As comunidades impactadas pelos efeitos da extrema pobreza, pela violência e pelos desafios na área da saúde têm o desenvolvimento das crianças que habitam a localidade diretamente afetado. Sendo assim, a melhoria das condições de vida dessas comunidades é uma tarefa essencial.
- A oferta de espaços de EPI seguros e de boa qualidade aumenta as opções de trabalho para as mães, pais e/ou responsáveis, possibilitando a melhoria das condições de vida das famílias, e a redução dos custos sociais para o Estado.
- Os resultados qualitativos e quantitativos da pesquisa sugerem que maiores investimentos na expansão e melhoria de espaços de EPI devem ser uma prioridade máxima na agenda política nacional.

Como obter informações sobre o projeto?

O projeto de pesquisa Primeira Infância Participativa e Inclusiva: ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade (2020-24) adotou metodologia mista. O projeto SIPP incluiu revisão sistemática da literatura nacional e internacional, análise das políticas educacionais para a Primeira Infância, e estudos de caso comunitários aprofundados com crianças pequenas, suas famílias e atores-chave em quatro países (Brasil, Essuatíni, Palestina e África do Sul). O enfoque do projeto no período da Primeira Infância tem como finalidade endereçar as crianças com menos 5 anos de idade, portanto, abaixo da escolaridade obrigatória, período no qual as lacunas tendem a ser maiores no acesso às oportunidades de educação e aprendizagem.

O projeto SIPP produziu uma série de informativos, incluindo o detalhamento sobre sua metodologia.

Para estas e outras informações, acesse: www.sipp.education.ed.ac.uk

Citação sugerida

Bush, M., Couto, R.M.B., Rizzini, I., Hancock, J., McMellon, C. and Tisdall, E.K.M. (2024). 'Learning from a Community in Brazil: The shortage of early childhood education learning centers for young children'. Safe, Inclusive, Participative Pedagogy Briefing. Available at www.sipp.education.ed.ac.uk

Este trabalho foi licenciado pela Creative Commons Attribution 4.0 Unported. Para visualizar a cópia desta licença, acesse: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Os autores agradecem imensamente aos pais, professores, profissionais, atores-chave comunitários e às crianças da Rocinha por suas inúmeras contribuições. Toda a equipe do CIESPI esteve envolvida ao longo dos quatro anos do projeto, e os resultados obtidos não seriam possíveis sem a sua dedicação e qualificação. Gostaríamos de agradecer pelo suporte concedido pelo UK Research and Innovation (UKRI), e Economic and Social Research Council (UK). O projeto foi realizado por pesquisadores e profissionais da Universidade de Edimburgo (Escócia), Mohammed Alruzzi, Patricio Cuevas-Parra, Xiangming Fang, Debi Fry, Kristina Konstantoni, Marlies Kustatscher, Mengyao Lu, Christina McMellon, Lynn McNair, John Ravenscroft, Kay Tisdall e Laura Wright; da Universidade de Bethlehem (Palestina), Rabab Tamish, Ahmed Fasfous e Nader Wahbeh, do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CIESPI/PUC-Rio, Brasil); Irene Rizzini, Malcolm Bush, Maria Cristina Bó, Renata Mena Brasil do Couto, Cristina

Laclette Porto, Carolina Terra, Eliane Gomes e Leandro Castro; da Universidade de Essuatíni (Essuatíni); Fortunate Shabalala, Clement Dlamini, S'lungile Thwala, Jabulani Shabalala, Dudu Hlophe, Siyabonga Phakathi, Cebisile Ndlela, Bhekisisa Mdziniso e Bonsile Nsibandze, e do Instituto da Criança, Universidade da Cidade do Cabo (África do Sul), Marsha Orgill, Malibongwe Gwele, Linda Biersteker, Lizette Berry, Leigh Morrison e Nonyameko Lirula.

Referências

Agência Senado (2024). Lei sancionada obriga levantamento sobre demanda por vagas em creches, 2024. Disponível em: Lei sancionada obriga levantamento sobre demanda por vagas em creches — Senado Notícias.

Boghossian, C. O. & Bush, M. (2016). Espaços seguros para a Primeira Infância na Rocinha - Resultados da pesquisa. Rio de Janeiro: CIESPI.

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) (2020) Desafios do acesso à creche no Brasil: subsídios para o debate. São Paulo: FMCSV, 2020. Disponível em: [https:// biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/desafio-acesso-creche-brasil/](https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/desafio-acesso-creche-brasil/)

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) (2022). Primeira Infância em pauta - Um guia para aprimorar a comunicação dessa fase fundamental da vida (Early childhood - A guide to improving communication at this critical stage of life), s.d. Disponível em: [https:// www.primeirainfanciaempauta.org.br/indice.html](https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/indice.html).

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) (2024). TODOS PELA EDUCAÇÃO; FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. Recomendações para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Disponível em: [https:// todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/06/relatorio-pnpi-2024.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/06/relatorio-pnpi-2024.pdf).

Gomes, E. & Castro, L. (2022). CIESPI/ SIPP Project Bulletin n.4. <https://www.ciespi.org.br>
Gomes, E., Castro, L., Couto, & R. M. B. (2022). CIESPI/ SIPP Project Bulletin n.6. [https:// www.ciespi.org.br](https://www.ciespi.org.br)

Gorey, K. M. (2001). Early childhood education: a meta-analytic affirmation of the short- and long-term benefits of educational opportunity. *School Psychology Quarterly*, 16(1), 9-30, doi.org/10.1521/scpq.16.1.9.19163

GT pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) (2024). Recomendações para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. [sumario-executivo-pnpi-2024.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/06/sumario-executivo-pnpi-2024.pdf) (todospelaeducacao.org.br).

McCoy, D. C., Yoshikawa, H., Ziol-Guest, K. M., Duncan, G. J., Schindler, H. S., Magnuson, K., Yang, R., Koepp, A., & Shonkoff, J. P. (2017). Impacts of early childhood education on medium- and long-term educational outcomes. *Educational Researcher*, 46(8), 474-487, doi.org/10.3102/0013189X17737739

MEC/INEP (2023a) Ministério da Educação (MEC) Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educaionais Anísio Teixeira (INEP) Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC; INEP, 2023a.

MEC/INEP (2023b) Ministério da Educação (MEC) Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educaionais Anísio Teixeira (INEP) Censo Escolar 2023. Brasília: MEC; INEP, 2023b.